

NO CAMINHO DO ESCRITO DO REFORMBILL:

AS ORIGENS DA RECEPÇÃO DA GRÃ-BRETANHA POR HEGEL*

ON THE PATH OF WRITING REFORMBILL: ORIGINS OF HEGEL'S RECEPTION OF GREAT BRITAIN

Norbert Waszek**

RESUMO: O artigo se volta à investigação da recepção dos temas em torno da Grã-Bretanha no pensamento de Hegel. Para isso, observa tanto a assimilação de aspectos históricos e políticos da Grã-Bretanha quanto a dimensão propriamente teórica expressa notadamente no que diz respeito à economia política. O artigo defende que essa recepção teve um momento importante quando da estadia de Hegel em Berna, centro privilegiado da acolhida de ideias inglesas, através da incorporação de autores presentes na biblioteca dos Steiger em Tschugg. Além disso, o artigo tece algumas observações sobre como compreender os estudos empíricos de Hegel em face de suas elaborações teóricas.

PALAVRAS-CHAVE: Hegel; Berna; economia política; Grã-Bretanha.

ABSTRACT: The article focuses on the investigation of the reception of themes around Great Britain in Hegel's thought. For this, it observes both the assimilation of historical and political aspects of Great Britain and the specifically theoretical dimension expressed notably with regard to political economy. The article argues that this reception had an important moment during Hegel's stay in Bern, a privileged center for the reception of English ideas, through the incorporation of authors present in the Steigers' library in Tschugg. In addition, the article makes some observations on how to understand Hegel's empirical studies in the face of his theoretical elaborations.

KEYWORDS: Hegel; Bern; political economy; Great Britain.

Para Hiroshi Mizuta pelo seu 75º aniversário

“O prestígio e influência do senhor professor Hegel cresce sempre mais; os ministérios acreditam possuir e manejar em sua filosofia uma completamente legítima filosofia prussiana servidora do Estado. Eles não desconfiam quanta liberdade, sentido constitucional, *predileção pela Inglaterra* vive e atua nessa orientação”

K. A. Varnhagen von Ense (26.12.1826)¹

* Artigo originalmente publicado em *Politik und Geschichte. Zu den Intentionen von G.W.F. Hegels Reformbill-Schrift*. Org. Christoph Jamme e Elisabeth Weisser-Lohmann (Hegel-Studien. Suplemento 35). Bonn, Bouvier, 1995, pp. 177-190. Tradução de Hernandez Vivan Eichenberger.

** Professor do Departamento de Estudos Germânicos da Universidade Paris VIII. E-mail: norbert.waszek@gmail.com.

¹ Karl August Varnhagen von Ense, *Blätter aus der preussischen Geschichte*. vol. 4, Leipzig, 1869, p. 160 (grifo nosso; N.W.).



A compreensão que o contemporâneo e amigo de Hegel, Varnhagen, articula na frase que serve como divisa para a presente contribuição não se tornou um lugar comum na galeria de imagens e interpretações de Hegel; ela é, antes, uma compreensão que a moderna pesquisa sobre Hegel deveria reabilitar – e, na verdade, frequentemente contra resistências consideráveis.² A partir de variadas razões que se deixam indicar pelo desaparecimento da concepção de Varnhagen, é apenas mencionada aqui o que implicitamente o próprio Varnhagen já recorda: a dominação do complexo temático Hegel e Prússia.³ Alguns ministérios acreditavam inicialmente, como Varnhagen se expressa, poder cooptar a filosofia de Hegel como uma servidora prussiana do Estado; amigos e inimigos logo viram no pensamento de Hegel o oposto, isto é, traços de oposição e liberdade.⁴ Independente do lugar que teria de se tomar nessas controvérsias, a discussão em torno de Hegel caiu em um terreno no qual a concepção de Varnhagen não podia mais ser adequadamente debatida. Também com R. Haym e J. Ritter – as interpretações mais influentes da filosofia política de Hegel dos séculos XIX e XX – o debate permaneceu sobre trilhos que se afastam da perspectiva de Varnhagen. Como já sugerido, não foi Haym, de fato, o primeiro que difamou Hegel como “filósofo do Estado prussiano” e como “filósofo da restauração”, mas sua versão da tese da acomodação dominou a imagem de Hegel por muitas gerações – e não a apresentação objetiva e sólida de Karl Rosenkranz.⁵ A orientação de Joachim Ritter se torna apenas completamente compreensível sob o pano de fundo dessa crítica a Hegel de proveniência de Haym: segue-se a partir da

² Norberto Bobbio oferece um exemplo convincente da tendência oposta que, apesar de todo conhecimento de Hegel, fala de anglofobia; BOBBIO, N. **Studi hegeliani**. Torino: Einaudi, 1981, p. 121.

³ Otto Pöggeler oferece uma exposição equilibrada das relações de Hegel com a Prússia; PÖGgeler, O. **Hegels Begegnung mit Preussen**. In: Lucas, H.-C.; Pöggeler, O. (Orgs.) **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte**. Stuttgart: Fromman-Holzboog, 1986, pp. 311-351.

⁴ Cf. a ampla história de recepção da filosofia política de Hegel que Hening Ottmann oferece: OTTMANN, H. **Individuum und Gemeinschaft bei Hegel. Band 1: Hegel im Spiegel der Interpretationen**. Berlin, New York: De Gruyter, 1977; particularmente sobre a relação do governo prussiano e as opções políticas da escola hegeliana: WASZEK, N. **Die Hegelsche Schule**. In: Münkler, H.; Fetscher, I. (Eds.) **Pipers Handbuch der Politischen Ideen**. 5 vols., vol. 4. München; Zürich: Piper, 1986, p. 232-46, p. 252-4.

⁵ HAYM, R. **Hegel und seine Zeit. Vorlesungen über Entstehung und Entwicklung, Wesen und Werth der Hegel'schen Philosophie**. Berlin, 1857; sobre a interpretação de Haym e seus motivos, cf. LUCAS, H.-C. ‘Wer hat die Verfassung machen, das Volk oder wer anders?, Hegels Verständnis der konstitutionellen Monarchie zwischen Heidelberg und Berlin.. In: LUCAS; PÖGgeler. **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte**, pp. 175-220, aqui pp. 177-184. – Karl Rosenkranz desenvolveu sua interpretação de Hegel especialmente nas seguintes obras: ROSENKRANZ, K. **G.W.F. Hegels Leben**. Berlin: Duncker und Humblot, 1844. ROSENKRANZ, K. **Apologie Hegels gegen Dr. Haym**. Berlin: Duncker und Humblot, 1858. ROSENKRANZ, K. **Hegel als deutscher Nationalphilosoph**. Berlin: Duncker und Humblot, 1870.

contradição contra a orientação de Hegel e a Restauração, de modo que Hegel é relacionado com ênfase em vinculação com a Revolução Francesa.⁶ Ritter foi tão exitoso com esse contra-ataque⁷ que o título de sua obra teve para nossa perspectiva um efeito colateral negativo: embora Ritter aluda claramente à discussão de Hegel com os economistas *britânicos*⁸, Hegel se tornou na sequência muito unilateralmente comprometido com a França. Em contrapartida não se pode proceder bem ao jogar o conteúdo da experiência política britânica, que é comprovável no pensamento político de Hegel, *contra* o conteúdo da experiência do “*ancien régime*” até a monarquia de Julho⁹, mas é preciso reabilitar as fontes britânicas de Hegel *ao lado* das francesas. Entretanto, não está esgotado o contexto político nem o contexto econômico-político da recepção da Grã-Bretanha por parte de Hegel. Uma apresentação adequada dessa recepção, que aqui é minimamente sugerida, deveria abranger pelo menos sete complexos temáticos¹⁰:

1) O interesse de Hegel e suas reações à vida política da Grã-Bretanha¹¹ desde sua alusão a Pitt nas *Anmerkungen zu Cart (1798)*¹² até o artigo sobre o Reformbill (1831);

⁶ RITTER, J. *Hegel und die Französische Revolution*. Köln, Opladen: Westdeutscher Verlag, 1957, p. 18: “Não há outra filosofia que tanto e até em seu impulso mais interior seja filosofia da revolução quanto a de Hegel”. É representativo que o livro de Ritter comece com uma crítica a Haym; cf. WASZEK, N. 1789, 1830 und kein Ende. Hegel und die Französische Revolution. In: Herrmann, U.; Oelkers, J. (Eds.) **Französische Revolution und Pädagogik der Moderne**. Weinheim, Basel: 1990, pp. 347–359, aqui pp. 348-350: “Joachim Ritter revisited”.

⁷ Cf. OTTMANN. **Individuum und Gemeinschaft bei Hegel. Band 1: Hegel im Spiegel der Interpretationen**, p. 299s.: “Joachim Ritter ajudou a estabelecer a interpretação ocidental ‘liberal’ de Hegel como o professor do Estado de direito livre e ‘moderno’ com tamanho êxito que a explicação hegeliana média de Hegel quase se tornou a norma acadêmica”.

⁸ Cf. p. ex., RITTER. Hegel und die Französische Revolution. p. 52s.

⁹ Uma tal abordagem seria, portanto, inapropriada, porque a política interior inglesa na época da discussão também foi decisivamente marcada com as variadas tomadas de posição sobre a revolução francesa; cf. PLUMB, J. **England in the eighteenth century**. 1950, p. 155: “Apart from the Industrial Revolution, there was no profounder influence than the French Revolution in moulding the course of English history in the eighteenth century, and the development of its political expression in the nineteenth”; WASZEK, N. Fox und Pitt. Spannungsfeld britischer Politik im Spiegel des Hegelschen Denkens. In: LUCAS; PÖGGELER. **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte**, pp. 111-128, aqui p. 117.

¹⁰ Sobre esse tema existe até agora, de um lado, desenhos de contorno rudes, como de Horst HÖHNE, H. Hegel und England. In: **Kant-Studien**, Vol. 36, 1931, pp. 301-326; de outro lado, estudos de detalhe como os trabalhos nomeados na nota seguinte.

¹¹ PELCZYNSKI, Z. A. An introductory essay. In: Hegel, G.W.F., **Political Writings**. Tradução de T. M. Knox. Oxford: Clarendon Press.; PELCZYNSKI, Z. A, Hegel and British Parliamentarism. In: LUCAS; PÖGGELER. **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte**, pp. 93-110; PETRY, M. Hegel and the ‘Morning Chronicle’. In: **Hegel-Studien**, Bd. 11, 1976, pp. 11–80; PETRY, M. Propaganda and analysis: the background to Hegel’s article on the English Reform Bill’. In: Pelczynski, Z. (Eds.) **The State and Civil Society: Studies in Hegel's Political Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 137-58; JAESCHKE, W. Hegel’s Last Year in Berlin. In: Stepelevitch, L. S.; Lamb, D. (Orgs.) **Hegel’s Philosophy of Action**. Atlantic Highlands, N.J: Humanity Press, 1983, pp. 31-48.

¹² **Hegels erste Druckschrift. Vertrauliche Briefe über das vormalige staatsrechtliche Verhältnis des Waadtlandes (Pays de Vaud) zur Stadt Bern von Jean-Jacques Cart**. Traduzido e comentado a partir do francês por G. W. F. Hegel. Impressão em fac-símile da edição de 1798 com um posfácio de Wolfgang Wieland, Göttingen, 1970, p. 72 e p. 81s.

- 2) Sua discussão das relações sociais da Grã-Bretanha¹³ e seu estudo relacionado aos economistas e teóricos escoceses da sociedade (Ferguson, Hume, Steuart, Smith)¹⁴;
- 3) Sua recepção da literatura inglesa (Shakespeare¹⁵, Milton) e escocesa (por exemplo, Sir Walter Scott¹⁶) e das teorias estéticas de Shaftesbury¹⁷ e Henry Home (Lord Kames);
- 4) Sua apresentação dos filósofos britânicos (Bacon, Hobbes¹⁸, Locke, Berkeley, Hume, “Escola Escocesa” etc.) nas lições sobre a história da filosofia;
- 5) Sua leitura dos historiadores britânicos (Gibbon¹⁹, Hume²⁰, Robertson) e sua apreciação do papel da Inglaterra na história mundial²¹;
- 6) Seu debate das relações legais e dos teóricos do direito ingleses²²;
- 7) Sua discussão das ciências naturais britânicas (por exemplo, Newton²³) e da Medicina.²⁴

Na sequência é apresentada sob o título “No caminho do escrito do Reformbill” uma tese histórico-genética (*entwicklungsgeschichtliche*) quanto à discussão de Hegel com as

¹³ Veja a leitura de Hegel do respectivo artigo no Morning Chronicle e no Quaterly Review; cf. sobre isso PETRY, Hegel and the ‘Morning Chronicle’; GILBERT, G. The Morning Chronicle, Poor Laws, and political economy. In: **History of Political Economy**, vol. 17, número 4, 1985, pp. 507-21. (sem relação com Hegel, mas informativo sobre o conteúdo social e econômico do Morning Chronicle); WASZEK, N. Hegels Exzerpte aus der ‘Quaterly Review’. In: **Hegel-Studien**, vol. 21, 1986, pp. 9-25.

¹⁴ Próximo à tradição marxista, cf. sobre isso CHAMLEY, P. **Economie politique et philosophie chez Steuart et Hegel**. Paris: Dalloz, 1963; RIEDEL, M. Die Rezeption der Nationalökonomie. In: Riedel, M (Ed.) **Studien zu Hegels Rechtsphilosophie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1969, pp. 75-99; DENIS, H. **Logique hégélienne et systèmes économiques**. Paris: PUF, 1984.; WASZEK, N. **The Scottish enlightenment and Hegel’s account of ‘civil society’**. Springer Science & Business Media: 2012. Com um prefácio de Duncan Forbes, Dordrecht, Boston, London, 1988 (International Archives of the History of Ideas, vol. 120).

¹⁵ WOLFF, E. Hegel und Shakespeare. In: Martini, F. (Org.) **Vom Geist der Dichtung**. Hamburg: Hoffmann und Campe Verlag, 1949, pp. 120-179; LUCAS, H.-C. Shakespeare. In: Pöggeler, O. (Org.) **Hegel in Berlin**. Wiesbaden: Reichert Verlag, 1981, pp. 246-253; NICOLIN, F. Welche Shakespeare-Ausgabe besass Hegel? In: **Hegel-Studien**, Bd. 19, 1984, pp. 305-311.

¹⁶ WASZEK, N. Hegels schottische Bettler. In: **Hegel-Studien**, Bd. 19, 1984, pp. 311-316, aqui p. 315s.

¹⁷ WEISER, F. **Shaftesbury und das deutsche Geistesleben**. Leipzig, Berlin: Druck und Verlag von B. G. Teubner 1916.

¹⁸ SIEP, L. Der Kampf um Anerkennung. Zu Hegels Auseinandersetzung mit Hobbes in den Jenaer Schriften. In: **Hegel-Studien**, Bd. 9, 1974, pp. 155-207.

¹⁹ MULLER, P. Incidence sur Hegel de la lecture de Gibbon, ou: comment le philosophe se relève à lui-même par la lecture de l’historien. In: **Studia Philosophica**, vol. 41, 1982, pp. 161-176.

²⁰ WASZEK, N. Hume, Hegel and History. In: **Clio**, vol. 14, 1985, pp. 379-392.

²¹ LUCAS, H.-C. Die ‘tiefer Arbeit’. Hegel zwischen Revolution und Reform. In: Jamme, C.; Weisser-Lohmann, E. (Eds.) **Politik und Geschichte. Zu den Intentionen von G.W.F. Hegels Reformbill-Schrift**. Bonn: Bouvier, 1995, pp. 207-234.

²² Sobre isso, PETRY, Hegel and the ‘Morning Chronicle’; WASZEK, N. Hegels Exzerpte aus der Edinburgh Review, 1817-1819. In: **Hegel-Studien**, Bd. 20, 1985, p. 79-112.

²³ PETRY, M. Hegel’s Criticism of Newton. In: **Clio**, vol. 13, 1984, pp. 331-348; PETRY, Michael J (Org.). **Hegel and Newtonianism**. Dordrecht, Boston: Springer, 1993.

²⁴ As notas de M. J. Petry para sua edição inglesa da Filosofia da Natureza de Hegel são uma fonte rica aqui: PETRY, M. Notas. In: Hegel, G.W.F., **Hegel’s Philosophy of Nature**. 3 vol. London, New York: Routledge, 1970.

relações britânicas tendo em vista essa ampla recepção. Deve ser evitado por meio de uma consideração sobre as origens dessa discussão reduzir a imagem da Grã-Bretanha de Hegel, isto é, que ela seja apenas percebida a partir de seu fim.

A discussão de Hegel com os economistas e teóricos escoceses da sociedade (Adam Ferguson, David Hume, Sir James Steuart e Adam Smith) foi estabelecida tradicionalmente no fim da estadia de Hegel em Frankfurt e em seu período ienense.²⁵ Para essa datação foi decisivo, de um lado, a data do comentário perdido sobre Steuart que Karl Rosenkranz legou²⁶, e, de outro lado, a menção mais antiga a Adam Smith em um manuscrito hegeliano, o fragmento 22 dos *Jenaer Systementwürfe I* (GW. Bd 6. 323). Essa datação da discussão parece, contudo, muito conservadora, uma vez que ambas as datas consolidadas (início do ano de 1799, semestre de inverno de 1803-1804) são absolutizadas. Que a discussão *no mais tardar* foi conduzida não diz nada sobre quando ela iniciou. Desconsiderado isso, que Hegel já no seus anos de ginásio em Stuttgart leu Adam Ferguson²⁷, ainda que, nesse caso, possa ter lidado com a tradução alemã dos *Institutes of Moral Philosophy* (que Christian Garve apresentou sob o título de *Grundsätze der Moralphilosophie*, Leipzig, 1772) e não com o mais original e influente *Versuch über die Geschichte der bürgerlichen Gesellschaft – An Essay on the History of Civil Society*²⁸, são aduzidas aqui as razões para se justificar que as raízes do interesse de Hegel nos economistas escoceses sejam procuradas em seus anos em Berna²⁹.

²⁵ Ver, por exemplo, o mais importante estudo marxista sobre o tema: LUKÁCS, G. **Der junge Hegel. Über die Beziehungen von Dialektik und Ökonomie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973. Em especial a seção “Die ersten ökonomischen Studien” e “Die Oekonomie der Jenaer Periode”; vol. 1, pp. 273-291; vol. 2, pp. 495-523.

²⁶ ROSENKRANZ, G.W.F. **Hegels Leben**, p. 86: “Todos os pensamentos de Hegel sobre a essência da sociedade civil-burguesa, sobre carecimento, trabalho, sobre divisão do trabalho e patrimônio dos estamentos, sobre a essência dos pobres e polícia, impostos etc., concentram-se finalmente em um comentário glosado da tradução alemã da economia do Estado (Staatswirthschaft) de Stewart [sic! Rosenkranz assume esse modo de escrita do nome a partir da tradução alemã do livro; N. W.] que escreveu de 19 de fevereiro até 16 de maio de 1799 e que ainda está completamente conservado”. Visto que o comentário evidentemente ainda estava disponível a Rosenkranz, ele poderia não estar totalmente desinteressado na perda, o que então provaria nitidamente que Rosenkranz tomou apenas uma pequena parte dos interesses econômicos de seu mestre.

²⁷ Sobre isso: ROSENKRANZ, G.W.F. **Hegels Leben**, p. 14; HOFFMEISTER, Johannes (Org.). **Dokumente zu Hegels Entwicklung**. 2ª edição, Stuttgart-Bad Cannstatt: 1974; WASZEK, **The Scottish enlightenment and Hegel’s account of ‘civil society’**, p. 103.

²⁸ Como Raymond Plant e Bernard Cullen pensavam: PLANT, R. **Hegel**. Londres: Allen & Unwin 1973. p. 17; CULLEN, B. **Hegel’s Social and Political Philosophy**. Dublin: St. Martin Press, 1979, p. 3.

²⁹ O novo e meritório trabalho de Martin Bondeli, BONDELI, Martin. **Hegel in Bern**. Bonn: Bouvier, 1990. (Hegel-Studien. Suplemento 33), fornece material para essa questão, contudo sem a tematizar explicitamente.

Que os anos de Berna de Hegel não possam ser criticados de modo tão generalizado como Haym e Hugo Falkenheim fazem³⁰ é algo que Hermann Glockner e Hans Strahm mostraram³¹. Aqueles que traçam a estadia de Hegel na Suíça como sombria se apoiam frequentemente nas cartas de Hegel a Schelling e põem em foco os lamentos nelas contidos. Hegel se lamenta no fim de 1794 sobre seu “afastamento da cena da atividade literária” e, a esse respeito, que sua “ocupação heterogênea e frequentemente descontínua... [não me deixa alcançar] nada de bom”; um ano mais tarde ele se queixa de seu “afastamento de muitos livros e as limitações de seu tempo”³². A primeira regra da crítica das fontes deveria ser considerar aqui a prova do conteúdo dessa carta ao destinatário. A carreira inicial de Schelling, com suas múltiplas atividades e projetos, teve como resultado para Hegel uma certa obrigação por justificação: ele se sente pressionado, por assim dizer, em se desculpar por não apresentar resultados comparáveis. O sucesso de Schelling, isso também parece ser confirmado pelo tom das cartas posteriores de Hegel, faz Hegel ser tímido e modesto com relação a seus próprios esforços.³³ O que permanece válido após essa restrição necessária aos lamentos de Hegel? Certamente ele estava distante de Iena e Weimar, que naquela época eram os mais importantes centros da vida cultural na Alemanha. Contudo, que sua ocupação fosse “heterogênea”, era algo justificado em seu modo de filosofar e não em condições exteriores de sua existência em Berna. Também seus lamentos sobre seu próprio trabalho ser interrompido e de ter pouco tempo para ele, não é algo que pode ser assumido de modo inquestionado. Strahm e Bondeli mostram que Hegel em sua atividade de ensino diária na casa Steiger – ele tinha dois educandos: uma menina (a qual ainda tinha uma governanta) e um jovem de seis anos – não foi demasiadamente exigido,

³⁰ HAYM, **Hegel und seine Zeit. Vorlesungen über Entstehung und Entwicklung, Wesen und Werth der Hegel'schen Philosophie**, p. 63, falou de “condições indignas”, Hugo Falkenheim, ainda mais duro, falou em “anos de escravidão”; FALKENHEIM, H. Eine unbekannte politische Druckschrift Hegels. In: **Preussische Jahrbücher**, Vol. 138, 1909, pp. 193-210, aqui p. 203. Mesmo M. Bondeli, que julga costumeiramente de modo equilibrado, não está livre de aplicar as condições gerais da profissão de preceptor (e as relações especiais de Hölderlin) à situação de Hegel, sem que haja para isso documentos particulares; BONDELI. **Hegel in Bern**, p. 58s.

³¹ GLOCKNER, H. **Hegel**. vol. 1. Stuttgart: 1929, p. 271; STRAHM, H. Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten. In: **Archiv für Geschichte der Philosophie**, vol. 41, 1932, pp. 514-533.

³² Briefe von und an Hegel. 4 e 5 vol. Org. Johannes Hoffmeister e Friedhelm Nicolin, 3ª edição, Hamburgo, 1969-1981. Aqui volume 1, p. 11 e p. 17 (abreviado como Hegel, Briefe).

³³ Cf. por exemplo sua carta de 30/08/1795: “Você não pode esperar nada de mim no que diz respeito a observações sobre seu escrito. Eu sou aqui apenas um aprendiz” e de 02/11/1800: “Eu tenho testemunhado com maravilhamento e alegria a sua grande evolução pública; você me obriga a ou falar de modo humilde ou de também querer me mostrar a ti; eu me sirvo de um meio-termo: eu espero que nós possamos novamente nos encontrar como amigos”. Hegel, Briefe, vol. 1, p. 32 e p. 59.

e sublinham que ele dispunha perfeitamente de “liberdade para o estudo independente”.³⁴ É preciso um esclarecimento especial, por fim, à lamentada falta de livros, pois Hegel pudera utilizar nos meses de inverno a conhecida biblioteca municipal de Berna³⁵ e na residência de verão de Steiger em Tschugg estava à disposição dele um verdadeiro tesouro com uma biblioteca doméstica a qual ainda será tratada. Na esteira de Ernst Bloch e Jacques D’Hondt, Martin Bondeli quis ver na reclamação de Hegel de livros que faltavam a intenção dele em esconder determinados pontos de partida de sua filosofia prática.³⁶ A explicação mais simples é, porém, a mais plausível, a de que relaciona a reclamação de Hegel apenas a livros determinados, nomeadamente as novas publicações no âmbito da filosofia especulativa.³⁷

A biblioteca doméstica de Steiger em Tschugg³⁸ oferecia, precisamente, no que diz respeito à Grã-Bretanha, tesouros ricos e variados.³⁹ Isso não é, nesse ponto, nenhum acaso, na medida em que os Steigers não apenas “eram homens viajados e de formação incomum” e cultivavam relações estrangeiras diversas, mas também frequentaram várias vezes “anos de estudo na Inglaterra”.⁴⁰ Construindo sobre os acervos que seu pai e avô adquiriram⁴¹, a biblioteca foi criada em grande parte por Cristoph Steiger von Tschugg (1725-1785).⁴² Esse

³⁴ BONDELI. *Hegel in Bern*, p. 58s e STRAHM. *Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten*, p. 524. Além dessas provas de liberdade, poder-se-ia também perguntar: quando os trabalhos de Hegel nos anos suíços teriam surgido?

³⁵ Documentos sobre a utilização dessa biblioteca por Hegel, infelizmente, não foram conservados; cf. STRAHM. *Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten*, p. 526.

³⁶ BLOCH, E. *Leipziger Vorlesungen*. Vol. 4. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985, p. 258; D’HONDT, J. *Hegel Secret*. Paris: PUF, 1968., passim; BONDELI. *Hegel in Bern*, p. 64s.

³⁷ Também H. S. Harris reduz a legitimidade da queixa hegeliana aos “the current works that Schelling and Hölderlin were excited about”; HARRIS, H. S. *Hegel’s Development. Toward the Sunlight 1770-1801*. Oxford: Clarendon Press, 1972, p. 156. Uma outra carta de Hegel a Schelling confirma essa concepção quando Hegel menciona nesse contexto a falta de uma biblioteca para o seu estudo planejado da Doutrina da Ciência de Fichte (Hegel, *Briefe*, vol. 1, p. 25).

³⁸ A nós não existia apenas um catálogo de leilão impresso: *Catalogue de la precieuse bibliothèque de feu M. l’Avoyer Christophe de Steiger de Tschugg*. Bern, 1880. (Dr. Helmut Schneider e eu preparamos uma reimpressão desse catálogo), mas também a investigação especial de Hans Haerberli, HARBERLI, H. Die Bibliothek von Tschugg und ihre Besitzer. In: Walder, E.; Gilg, P.; Hoff, U.; Mesmer, B. (Orgs.). *Festgabe Hans von Greyerz zum sechzigsten Geburtstag 5*. Bern: 1967, pp. 731-745, bem como, no âmbito da pesquisa sobre Hegel, os trabalhos de STRAHM. *Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten* e BONDELI. *Hegel in Bern*, aqui pp. 62-66.

³⁹ Cf. HARBERLI. Die Bibliothek von Tschugg und ihre Besitzer, p. 742: “típico de Tschugg é a boa representação de países de língua inglesa”.

⁴⁰ STRAHM. *Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten*, p. 205; cf. H. Haerberli (nota 38), p. 735 e p. 738.

⁴¹ Pai (1694-1765) e avô (1651-1731) se chamavam Christoph; sobre o início da sua coleção de livros, cf. HARBERLI. Die Bibliothek von Tschugg und ihre Besitzer, pp. 732-734.

⁴² Não de Niklaus Friedrich von Steiger, como Falkenheim e Rosenzweig pensavam; cf. FALKENHEIM. Eine unbekannte politische Druckschrift Hegels p. 206; ROSENZWEIG, Franz. *Hegel und der Staat*. München, Berlin: 1920, vol. 1, p. 47; STRAHM. *Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten*, p. 523.

Christoph Steiger e seu filho mais velho e prematuramente falecido (1753-1772), ou seja, o pai e irmão do empregador de Hegel, eram pronunciados anglófilos e faziam viagens de formação para a Inglaterra. O pai em 1750 permaneceu não apenas em Londres, mas também em Oxford e Cambridge. Em suas cartas a um amigo inglês, Antony Williams, das quais cópias são mantidas na biblioteca pública de Berna, ele adora não apenas o idioma inglês e a liberdade inglesa, ele dá também uma lista de livros em língua inglesa que ele leu desde de sua partida de Londres e que mais tarde encontraram seu lugar na biblioteca da família: Hume, Bolingbroke, Blackmore, Milton, entre outros.⁴³ Ele deixou seu filho visitar a Universidade de Oxford nos anos de 1771/72 na condição de “gentleman commoner”.⁴⁴ As afinidades da família Steiger com a Grã-Bretanha foram quase institucionalizadas por pai e filho quando eles em grande estilo colecionaram os respectivos livros e os incorporaram à biblioteca doméstica.⁴⁵ Nós encontramos no catálogo de leilão (85 catálogos numéricos) 190 livros de língua inglesa, no meio deles não apenas os grandes nomes da literatura inglesa (Addison, Dryden, Fielding, Gay, Goldsmith, Gray, Johnson, Milton, Pope, Shakespeare, Smollet, Steele, Swift, Thomson e Young) e os escritos estéticos de Shaftesbury e Henry Home (Lord Kames), mas também muitos dos mais significativos autores históricos e políticos (Bacon⁴⁶, Bolingbroke, Gibbon, Harrington, Hobbes, Hume, Locke, Robertson).⁴⁷

Depois da disponibilidade de materiais pertinentes estar suficientemente documentada, ainda resta apresentar a confirmação de que Hegel se utilizou efetivamente desses materiais. Um olhar sobre a própria biblioteca de Hegel⁴⁸ oferece outra informação. Encontramos uma série de autores britânicos que se acham na biblioteca em Tschugg novamente na própria biblioteca de Hegel. Para um autor como Shakespeare esse fato pode dizer pouco, mas outros entrecruzamentos como Bolingbroke e Robertson são, contudo, mais prenhes de significado,

⁴³ HARBERLI. *Die Bibliothek von Tschugg und ihre Besitzer*, p. 735.

⁴⁴ HARBERLI. *Die Bibliothek von Tschugg und ihre Besitzer*, p. 738.

⁴⁵ Uma lista de todos os livros de língua inglesa do catálogo de leilão é oferecida no anexo V de meu estudo WASZEK, *The Scottish enlightenment and Hegel's account of 'civil society'*, pp. 283-286.

⁴⁶ Bacon e Gibbon não se encontram de fato no catálogo de leilão, mas estavam na biblioteca; cf. STRAHM. *Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten*, p. 531 e BONDELI. *Hegel in Bern*, p. 63.

⁴⁷ Conforme BONDELI. *Hegel in Bern*, se pode falar até mesmo que toda a biblioteca tem uma “direção temática para a filosofia política e a filosofia social”; de modo análogo, HARRIS. *Hegel's Development. Toward the Sunlight 1770-1801*, p. 156: “he had the use of quite good library and one which suited him very well” (grifo nosso; N. W.).

⁴⁸ Veja: *Verzeichniss der von dem Professor Herrn Dr. Hegel und dem Herrn Dr. Seebeck hinterlassenen Bücher-Sammlung*. Berlin: 1932. (O senhor professor Dr. Friedhelm Nicolin prepara uma edição anotada desse catálogo).

porque esses autores ainda não tinham surgido no curso de formação de Hegel antes dos anos suíços. Impõe-se a suposição que Hegel estudou ou ao menos olhou esses livros inicialmente em Tschugg e então se decidiu por adquirir suas próprias edições desses autores. Uma análise dos livros ingleses de Hegel em sua própria biblioteca possibilita, porém, ainda outras observações. Conforme nossa contagem⁴⁹, Hegel possuía 59 volumes em língua inglesa, dos quais 29 foram publicados nos anos de 1790 em Basel. Admitindo-se que Basel era um importante lugar para a reimpressão de livros ingleses e que as edições suíças são mais fortemente representadas do que em outros lugares de impressão (inclusive Londres), parece-me, ainda sim, notável. Os anos de publicação também são interessantes: a partir dos anos de 1790 Hegel possuía mais livros ingleses do que a partir de todas as outras fases de sua vida (inclusive Berlin, onde teria sido a Hegel mais fácil satisfazer um desejo por livros). A conclusão que se impõe é que a biblioteca Tschugg e outras condições ainda a serem discutidas formaram para Hegel na Suíça um estímulo em se ocupar com autores e relações britânicas, ou, de maneira incisiva, a Suíça formou para Hegel uma ponte para a Grã-Bretanha.

Entre outras condições que podem ter contribuído para esse resultado se deve lembrar com Hans Strahm que as conexões inglesas dos Steiger não foram casos isolados: “a influência da Inglaterra em Berna era especialmente forte, mais importante ainda do que a francesa. Na avaliação da vida do espírito bernense no século XVIII se deve considerar que os interesses nem para Weimar nem para Iena ou Berlim eram orientados, mas sim em grande medida para a Inglaterra e Paris”.⁵⁰

De outro lado, seria ingênuo pensar que os contatos e a estadia de patrícios de Berna em relação à Inglaterra se limitavam a interesses culturais e negligenciar os interesses econômicos e, mais tarde com a Revolução Francesa, os motivos diplomáticos e militares⁵¹ que seguramente também tiveram um papel. Com os aspectos políticos e econômicos dessas relações nós mencionamos exatamente os interesses contemporâneos de Hegel que, como nos informa

⁴⁹ Eu publiquei uma lista dos livros ingleses da biblioteca de Hegel inicialmente no **Bulletin of the Hegel Society of Great Britain**, n. 7, 1983, p. 26s. – agora em WASZEK, **The Scottish enlightenment and Hegel’s account of ‘civil society’**, apêndice IV, p. 282s.

⁵⁰ STRAHM. Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten, p. 532.

⁵¹ Um descendente moderno dos Steiger descreve de maneira muito boa como na Berna daquela época se enfrentavam um “partido da guerra” orientado para Inglaterra e Prússia com um partido francófilo; VON STEIGER, K. **Schultheiss Niklaus Friedrich von Steiger**. Bern: Francke Verlag, 1976, especialmente p. 101ss.; cf. BONDELI. **Hegel in Bern**, p. 28.

Rosenkranz⁵², naquela época “elaborou a constituição financeira de Berna até o menor dos detalhes, até o dinheiro para o pavimento (*Chauséegeld*) etc.”. A partir desse círculo de temas que estão no trabalho de Hegel nessa época, junto às *Cart Briefen*⁵³ que ainda serão discutidas, infelizmente apenas estão conservados muitos poucos manuscritos de Hegel, os quais, aliás, desde alguns meses estão a todos disponíveis.⁵⁴ Martin Bondeli que, à propósito, não podia levar em conta os excertos presentes no volume 3 de *GW*, analisou em detalhe a exposição de Rosenkranz citada e criticou em particular o discurso sobre a “constituição de finanças de Berna” como “enganador”, porque em Berna “naquela época uma constituição financeira publicamente acessível, codificada” não existia. “As relações financeiras de Berna se baseiam sobre um direito consuetudinário que... em grande medida é mantido em segredo”. Por mais que se tenha que concordar com ele nessa correção, parece preocupantemente duvidosa a tese que ele liga a isto, de que nos estudos pertinentes de Hegel somente poderia “ter lidado com um esboço do regulamento de finanças muito geral, divulgado e provavelmente de *detalhes secundários* das finanças de Berna”.⁵⁵ O discurso de “detalhes secundários” e a tendência nisso assumida e difundida de descuidar de semelhantes estudos empíricos de Hegel, excluir ou até mesmo ignorar completamente, refere-se à questões de método fundamentais de como seria praticada a pesquisa sobre Hegel ou, expresso de maneira mais geral, a história da filosofia.⁵⁶ Se as finanças de Berna, e isso tem de se insistir com ênfase, eram tão importantes a Hegel a ponto de que ele se ocupou com isso em detalhes, então isso tem de ser importante também para o moderno pesquisador de Hegel, independente de quão “irrelevante” ou “envelhecido” semelhantes pormenores possam ser a partir de outras perspectivas. Em relação à coisa mesma, Bondeli expõe que as estruturas econômicas anacrônicas que Hegel encontrou em Berna

⁵² ROSENKRANZ. *G.W.F. Hegels Leben*, p. 61.

⁵³ Ver nota 11 e cf. sobre isso WASZEK. *Fox und Pitt. Spannungsfeld britischer Politik im Spiegel des Hegelschen Denkens*; BONDELI. *Hegel in Bern*, p. 29ss.

⁵⁴ Com a edição de Friedhelm Nicolin se providenciou a edição dos “Exzerpte zum Berner Staatswesen” no âmbito da edição histórico-crítica: *GW*, vol. 3, Hamburg, 1991, pp. 221-233.

⁵⁵ BONDELI. *Hegel in Bern*, p. 30 (grifo nosso; N. W.).

⁵⁶ Eu não posso expor aqui as outras implicações dessa questão. Minhas próprias afinidades, isso deve ser ao menos apontado aqui, residem nos antigos representantes da Escola de Cambridge da “history of Ideas”, em especial Duncan Forbes. Um esclarecimento apropriado e programático sobre o método da história das ideias de Forbes é citado aqui: “if one is to learn from the study of an old battle or campaign, one must recreate its every detail with the utmost care and precision, no matter that the uniform, weapons, formations and tactics are wholly outmoded and ‘irrelevant’. Failure to account for any of these ‘irrelevant’ matters may make a useless nonsense of the whole”. FORBES, Duncan. *Hume’s Philosophical Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. VIII.

difícilmente poderiam ter ocasionado o estudo da economia política moderna⁵⁷ e localiza, em conexão com Paul Chamley⁵⁸, os princípios desse estudo em Frankfurt. Sem pôr em dúvida a avaliação das relações de Berna, a tese adicional também parece contestável. Se Hegel comprovadamente discute com as condições econômicas e políticas da Suíça, as quais elas mesmo conduziram também às perspectivas britânicas, se a ele, além disso, tinha se oferecido na biblioteca doméstica dos Steiger variados estímulos a esse respeito, então devia ser evidente que já naquela época se dedicou ao país que não apenas com respeito à indústria e comércio era mais amplamente desenvolvido, mas sim, além disso, produzira também uma civilização politicamente autônoma: a Grã-Bretanha. Anterior à tentativa de corroborar essa tese histórico-genética através de outros documentos singulares, ela seria acrescida através de uma reflexão sistemática sobre o status da economia como ciência em Hegel. Em suas *Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito* e nas preleções correspondentes Hegel especialmente destacou que a economia é uma ciência “que honra o pensamento” porque ela a partir das multiplicidades das manifestações empíricas “encontra as leis para uma massa de contingências. Como no sistema de planetas que mostra aos olhos apenas um movimento irregular, mas as leis foram nisto conhecidas”.⁵⁹ A paralelização da astronomia e economia com o sobretom clássico que deve encontrar sob o aparente caos em uma superfície um cosmo ordenado significa, nos lábios de Hegel, o maior elogio. Mas Hegel também não reconstrói nesse elogio uma parte de seu próprio caminho de desenvolvimento? Se Hegel em Berna, e sobre isso está de acordo a pesquisa sobre Hegel de Rosenkranz até Bondeli, aproximou-se das questões econômicas através de estudos empíricos, então ele buscava e precisava ao menos, e de fato exatamente nesse ponto do tempo, da assistência hermenêutica pela qual elogia com gratidão a economia moderna em seus de anos de maturidade em Berlim.

Entre os outros documentos que falam sobre a recepção de Hegel das relações britânicas em seus anos na Suíça se deve nesse contexto lembrar em primeiro lugar a edição de Adam

⁵⁷ BONDELI. *Hegel in Bern*, p. 36: “Obviamente ele não tem relações econômicas com o Estado de Berna que dariam ocasião para o estudo de conceito da ‘economia política’ como trabalho, troca, valor etc.”.

⁵⁸ CHAMLEY. *Economie politique et philosophie chez Steuart et Hegel* e CHAMLEY, P. CHAMLEY, Paul. Les origines de la pensée économique de Hegel. In: *Hegel-Studien*, vol. 3, 1965, pp. 225-261, aqui p. 228ss.

⁵⁹ Do pós-escrito de Griesheim das Lições de 1824-1825. Citado conforme HEGEL, G.W.F. *Vorlesungen über Rechtsphilosophie 1818-1831*. 4 vols. Iltting, K.-H. (Org.) Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1973-1974. Aqui vol. 4, p. 487; cf. HEGEL, G.W.F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*, §189 e adendo. – RITTER. *Hegel und die Französische Revolution*, p. 54, fala, nesse contexto, do caráter indutivo-hermenêutico que Hegel atribui à economia.

Smith que ele próprio possuía: trata-se de uma edição em quatro volumes que foi publicada em 1791 em Basel.⁶⁰ Como se deduz por seus excertos de jornais ingleses⁶¹ e outros documentos⁶², Hegel trouxe para as condições da época conhecimentos de inglês justificadamente sólidos. Hegel parece ter tido trabalho com a versão original da obra de Smith, ao menos no início, pois a reprodução do argumento célebre da divisão do trabalho que Hegel oferece no Fragmento de Jena mencionado contém três pequenos erros.⁶³ Por que Hegel não providenciou uma tradução alemã? Uma primeira tradução de Johann Friedrich Schiller (1737-1814) já começara a ser submetida desde o ano de publicação do original, em 1776.⁶⁴ Que Hegel não comprou essa tradução pode ter sido pela tradução criticada pelos seus contemporâneos. Nas investigações sobre a influência de Adam Smith na Alemanha impôs-se desde o clássico estudo de Wilhelm Roscher⁶⁵ ao menos a concepção que a qualidade inaceitável dessa primeira tradução retardou a recepção das ideias smithianas na Alemanha. De qualquer forma, ninguém menos que Christian Garve (1742-1798) – cuja edição de Ferguson Hegel já conhecia, a qual já produzira excertos abundantemente e era familiar a ele certamente também a partir de outras fontes⁶⁶ – apresentou já nos anos de 1794-1796 uma nova tradução muito notada, com a qual Hegel evitara

⁶⁰ Catálogo de leilão, Verzeichniss der von dem Professor Herrn Dr. Hegel und dem Herrn Dr. Seebeck hinterlassenen Bücher-Sammlung, Nr. 239-242.

⁶¹ Ver ; PETRY. Hegel and the 'Morning Chronicle'; WASZEK, Hegels Exzerpte aus der Edinburgh Review, 1817–1819; WASZEK, Hegels Exzerpte aus der 'Quarterly'.

⁶² H.-C. Lucas mostrou que eventualmente Hegel traduz ele mesmo as citações inglesas. LUCAS, Shakespeare, aqui p. 248. Digno de menção nesse contexto é também a carta de Hegel a seu filho Karl, de 12/10/1822: "É certamente bom que tu traduzas as peças de Clarke, e eu as quero examinar quando eu voltar para casa...". Hegel, **Briefe**, vol. 2, p. 363. Cf. WASZEK. **The Scottish enlightenment and Hegel's account of 'civil society'**, pp. 84-100.

⁶³ WASZEK, N. Adam Smith and Hegel on the Pin Factory. In: **The Owl of Minerva. Journal of the Hegel Society of America**, vol. 16, 1985, pp. 229-233; agora em WASZEK, **The Scottish enlightenment and Hegel's account of 'civil society'**, p. 129ss.

⁶⁴ SMITH, A. **Untersuchung der Natur und Ursachen von Nationalreichthümern**. Tradução de J. F. Schiller com colaboração de Ch. August Wichmann, Leipzig: 1776 e 1778; um terceiro volume, com complementos e correções, foi publicado em 1792.

⁶⁵ ROSCHER, W. 'Die Ein- und Durchführung des Adam Smith'schen Systems in Deutschland', **Berichte über die Verhandlungen der Königlich-Sächsischen Gesellschaft der Wissenschaft zu Leipzig**, vol. 19, 1867, pp. 1-74; ROSCHER, W. ROSCHER, Wilhelm. **Geschichte der National-Oekonomik in Deutschland**. München, Berlin: 1874, pp. 593-625, pp. 651-699, pp. 843-911; cf. sobre isso WASZEK, N. WASZEK, Norbert. Adam Smith in Germany, 1776-1832. In: Mizuta, H.; Sugiyama, Ch. (Orgs.), **Adam Smith – International Perspectives**. London: Palgrave Macmillan, 1992, pp. 163-180.

⁶⁶ Das Garve-Exzerpt in: **GW**, vol. 3, pp. 126-162. Sobre a discussão do jovem Hegel com Garve e Ferguson, cf. WASZEK, N. Der Junge Hegel und die 'querelle des anciens et des modernes': Ferguson, Garve, Hegel. In: Gawoll, H.-J.; Jamme, Chr. (Orgs.), **Idealismus mit Folgen. Festschrift ao 65º aniversário de Otto Pöggeler**. München: W. Fink Verlag, 1994, pp. 37-46.

de se atormentar com o original. Eu parto com H. S. Harris que Hegel adquiriu a edição de Basler antes ou no mais tardar em 1796.⁶⁷

Um outro documento de que Hegel já naquela época se ocupava com as condições econômicas e políticas da Grã-Bretanha pode ser situado no pouco notado e denso manuscrito sobre Hume como “Geschichtsschreiber neuerer Zeiten”, que Rosenkranz nos transmite⁶⁸ e apresenta como pertencente ao período suíço.⁶⁹ Johannes Hoffmeister pôs em dúvida essa datação e ordenou em sua edição todos os “fragmentos históricos” de forma muito geral nos anos frankfurtianos.⁷⁰ Na edição histórico-crítica das *Gesammelten Werke* esse fragmento deve aparecer no volume 2 como “não datado”. Para além de problemas de datação que definitivamente não se deixam decidir na carência do manuscrito original, esse fragmento inicial do texto de Hegel não merece atenção apenas no contexto da recepção de Hegel da Grã-Bretanha, mas também, além disso, mostra ser também de grande significado sobre a gênese das convicções histórico-filosóficas de Hegel.⁷¹ Para a nossa convicção de que esse manuscrito pertence aos anos suíços não fala apenas que a Hegel havia em Tschugg duas importantes edições de Hume⁷², mas sim também as mais variadas relações internas inequivocamente provenientes do manuscrito de Berna “Man mag die widersprechendste Betrachtungen”.⁷³ Ambos os textos mostram uma ambivalência típica do Hegel da época: de um lado, Hegel entoava um cântico ao Estado de Direito, aos direitos da liberdade garantidos pelo Estado, mas ao mesmo tempo nesses textos também ele exercita uma ácida crítica à “máquina do Estado”.

Finalmente, é precisado e aguçado o que o autor em 1985 podia ter exposto em Bochum, a partir da tensão de Fox e Pitt no pensamento de Hegel em seu primeiro trabalho publicado, a tradução *anotada* das cartas de Cart. Naquela época se tratava de explicar melhor a alusão à

⁶⁷ HARRIS, H. S. The Social Ideal of Hegel's Economic Thought. In: **Hegel's Philosophy of Action**. Org. Stepelevich, L. S.; Lamb, David. Atlantic Highland, N. J.: Humanity Press, 1983, pp. 49-74, aqui p. 53s.

⁶⁸ ROSENKRANZ. **G.W.F. Hegels Leben**, p. 529s; o texto, cujo manuscrito não permaneceu conservado, está hoje facilmente acessível em HEGEL, G.W.F. **Theorie Werkausgabe**. 20 vols. Moldenhauer, E.; Michel, K. M. (Eds.). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969-71, p. 446.

⁶⁹ ROSENKRANZ. **G.W.F. Hegels Leben**, p. 60.

⁷⁰ HOFFMEISTER. **Dokumente zu Hegels Entwicklung**, pp. 257-277.

⁷¹ Eu fiz uma apresentação e interpretação desse manuscrito em WASZEK. Hume, Hegel and History; uma tradução alemã desse artigo está em preparação.

⁷² **Catalogue de la precieuse bibliothèque de feu M. l'Avoyer Christophe de Steiger de Tschugg**, Nr. 630 e 631. Trata-se dos **Essays, moral and political**. London, 1748 e de uma tradução francesa publicada em Amsterdã em 1754 dos **Political Discourses** (1752). Para mais informações dessas edições veja JESSOP, T. E. **A bibliography of David Hume and of Scottish Philosophy from Francis Hutcheson to Lord Balfour**. London: A. Brown and Sons, 1938, p. 17 e p. 24s.

⁷³ Veja **GW**, vol. 1, pp. 281-351.

política inglesa que Hegel faz na primeira anotação à sua edição de Cart.⁷⁴ Hoje seria, a fim de corroborar a tese das origens suíças da discussão hegeliana com economistas escoceses, adicionar que o contexto maior dessa alusão é político e econômico. Hegel critica o Estado de Berna por tributar de modo baixo a população do cantão, mas trata de forma politicamente paternalista e lembra com admoestação a experiência do Tea Party de Boston de modo muito próximo quando ele escreve no prefácio de sua edição de Cart: “*discite justiciam moniti* – mas as pombas dificilmente agarrarão o seu destino”.⁷⁵

Bibliografia

- BLOCH, Ernst. **Leipziger Vorlesungen**. Vol. 4. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1985.
- BOBBIO, Norberto. **Studi hegeliani**. Torino: Einaudi, 1981.
- BONDELI, Martin. **Hegel in Bern**. Bonn: Bouvier, 1990.
- Catalogue de la precieuse bibliothèque de feu M. l'Avoyer Christophe de Steiger de Tschugg**. Bern, 1880.
- CHAMLEY, Paul. **Economie politique et philosophie chez Steuart et Hegel**. Paris: Dalloz, 1963.
- CHAMLEY, Paul. Les origines de la pensée économique de Hegel. In: **Hegel-Studien**, vol. 3, 1965, pp. 225-261.
- CULLEN, B. **Hegel's Social and Political Philosophy**. Dublin: St. Martin Press, 1979
- D'HONDT, Jacques. **Hegel Secret**. Paris: PUF, 1968.
- DENIS, Henri. **Logique hégélienne et systèmes économiques**. Paris: PUF, 1984.
- FALKENHEIM, Hugo. Eine unbekante politische Druckschrift Hegels. In: **Preussische Jahrbücher**, Vol. 138, 1909.
- FORBES, Duncan. **Hume's Philosophical Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1975.
- GILBERT, Geoffrey. The Morning Chronicle, Poor Laws, and political economy. In: **History of Political Economy**, vol. 17, número 4, 1985, pp. 507-21.
- GLOCKNER, Hermann. **Hegel**. vol. 1. Stuttgart: 1929.

⁷⁴ **Hegels erste Druckschrift**. p. 81s; cf. WASZEK. Fox und Pitt. Spannungsfeld britischer Politik im Spiegel des Hegelschen Denkens, p. 119s.

⁷⁵ **Hegels erste Druckschrift**, “Vorerinnerung”, não paginada.

- HARBERLI, Hans. *Die Bibliothek von Tschugg und ihre Besitzer*. In: Walder, E.; Gilg, P.; Hoff, U.; Mesmer, B. (Orgs.). **Festgabe Hans von Greyerz zum sechzigsten Geburtstag 5**. Bern: 1967.
- HARRIS, H. S. **Hegel's Development. Toward the Sunlight 1770-1801**. Oxford: Clarendon Press, 1972.
- HARRIS, H. S. The Social Ideal of Hegel's Economic Thought. In: **Hegel's Philosophy of Action**. Org. Stepelevich, L. S.; Lamb, David. Atlantic Highland, N. J.: Humanity Press, 1983, pp. 49-74.
- HAYM, Rudolf. **Hegel und seine Zeit. Vorlesungen über Entstehung und Entwicklung, Wesen und Werth der Hegel'schen Philosophie**. Berlin, 1857.
- HEGEL, G.W.F. **Gesammelte Werke**, ed. da Rheinisch-Westfälisch Akademie der Wissenschaft, Hamburg, Meiner, 1968 e segs.
- HEGEL, G.W.F. **Grundlinien der Philosophie des Rechts**.
- HEGEL, G.W.F. **Theorie Werkausgabe**. 20 vols. Moldenhauer, E.; Michel, K. M. (Eds.). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1969-71.
- HEGEL, G.W.F. **Vorlesungen über Rechtsphilosophie 1818-1831**. 4 vols. Iltting, K.-H. (Org.) Stuttgart-Bad Cannstatt: Frommann-Holzboog, 1973-1974.
- Hegels erste Druckschrift. Vertrauliche Briefe über das vormalige staatsrechtliche Verhältnis des Waadtlandes (Pays de Vaud) zur Stadt Bern von Jean-Jacques Cart**. Traduzido e comentado a partir do francês por G. W. F. Hegel. Impressão em fac-símile da edição de 1798 com um posfácio de Wolfgang Wieland, Göttingen, 1970, p. 72 e p. 81s.
- HOFFMEISTER, Johannes (Org.). **Dokumente zu Hegels Entwicklung**. 2ª edição, Stuttgart-Bad Cannstatt: 1974.
- HOFFMEISTER, Johannes; NICOLIN, Friedhelm. (Eds.). **Briefe von und an Hegel**. 4 e 5 vols. 3ª ed. Hamburg: Meiner, 1969.
- HÖHNE, Horst. Hegel und England. In: **Kant-Studien**, Vol. 36, 1931, pp. 301-326.
- JAESCHKE, Walter. Hegel's Last Year in Berlin. In: Stepelevitch, L. S.; Lamb, D. (Orgs.) **Hegel's Philosophy of Action**. Atlantic Highlands, N.J: Humanity Press, 1983, pp. 31-48.

- JESSOP, T. E. **A bibliography of David Hume and of Scottish Philosophy from Francis Hutcheson to Lord Balfour**. London: A. Brown and Sons, 1938.
- LUCAS, Hans-Christian. ‘Wer hat die Verfassung machen, das Volk oder wer anders?’, Hegels Verständnis der konstitutionellen Monarchie zwischen Heidelberg und Berlin. In: Lucas, H.-C.; Pöggeler, O. (Orgs.) **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte**. Stuttgart: Fromman-Holzboog, 1986, pp. 175-220.
- LUCAS, Hans-Christian. Die ‘tiefere Arbeit’. Hegel zwischen Revolution und Reform. In: Jamme, C.; Weisser-Lohmann, E. (Eds.) **Politik und Geschichte. Zu den Intentionen von G.W.F. Hegels Reformbill-Schrift**. Bonn: Bouvier, 1995, pp. 207–234.
- LUCAS, Hans-Christian. Shakespeare. In: Pöggeler, O. (Org.) **Hegel in Berlin**. Wiesbaden: Reichert Verlag, 1981, pp. 246-253.
- LUKÁCS, Georg. **Der junge Hegel. Über die Beziehungen von Dialektik und Ökonomie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973.
- MULLER, Philippe. Incidence sur Hegel de la lecture de Gibbon, ou: comment le philosophe se relève à lui-même par la lecture de l’historien. In: **Studia Philosophica**, vol. 41, 1982, pp. 161-176.
- NICOLIN, Friedhelm. Welche Shakespeare-Ausgabe besass Hegel? In: **Hegel-Studien**, Bd. 19, 1984, pp. 305-311.
- OTTMANN, H. **Individuum und Gemeinschaft bei Hegel. Band 1: Hegel im Spiegel der Interpretationen**. Berlin, New York: De Gruyter, 1977.
- PELCZYNSKI, Z. A. An introductory essay. In: Hegel, G.W.F., **Political Writings**. Tradução de T. M. Knox. Oxford: Clarendon Press.
- PELCZYNSKI, Z. Hegel and British Parliamentarism. In: Lucas, H.-C.; Pöggeler, O. (Orgs.) **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte**. Stuttgart: Fromman-Holzboog, 1986, pp. 93-110.
- PETRY, Michael. Hegel and the ‘Morning Chronicle’. In: **Hegel-Studien**, Bd. 11, 1976, pp. 11–80.
- PETRY, Michael J. Notas. In: Hegel, G.W.F., **Hegel’s Philosophy of Nature**. 3 vol. London, New York: Routledge, 1970.
- PETRY, Michael J. Hegel’s Criticism of Newton. In: **Clio**, vol. 13, 1984, pp. 331-348.

- PETRY, Michael J (Org.). **Hegel and Newtonianism**. Dordrecht, Boston: Springer, 1993.
- PETRY, Michael J. Propaganda and analysis: the background to Hegel's article on the English Reform Bill'. In: Pelczynski, Z. (Eds.) **The State and Civil Society: Studies in Hegel's Political Philosophy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, pp. 137-58.
- PLANT, Raymond. **Hegel**. Londres: Allen & Unwin 1973.
- PLUMB, John. **England in the eighteenth century**. 1950.
- PÖGGELER, Otto. Hegels Begegnung mit Preussen. In: Lucas, H.-C.; Pöggeler, O. (Orgs.) **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte**. Stuttgart: Fromman-Holzboog, 1986, pp. 311-351.
- RIEDEL, Manfred. Die Rezeption der Nationalökonomie. In: Riedel, M (Ed.) **Studien zu Hegels Rechtsphilosophie**. Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag, 1969, pp. 75-99.
- RITTER, Joachim. **Hegel und die Französische Revolution**. Köln, Opladen: Westdeutscher Verlag, 1957.
- ROSENKRANZ, Karl. G.W.F. **Hegels Leben**. Berlin: Duncker und Humblot, 1844.
- ROSENKRANZ, Karl. **Apologie Hegels gegen Dr. Haym**. Berlin: Duncker und Humblot, 1858.
- ROSENKRANZ, Karl. **Hegel als deutscher Nationalphilosoph**. Berlin: Duncker und Humblot, 1870.
- ROSCHER, Wilhelm. 'Die Ein- und Durchführung des Adam Smith'schen Systems in Deutschland', **Berichte über die Verhandlungen der Königlich-Sächsischen Gesellschaft der Wissenschaft zu Leipzig**, vol. 19, 1867, pp. 1-74.
- ROSCHER, Wilhelm. **Geschichte der National-Oekonomie in Deutschland**. München, Berlin: 1874.
- ROSENZWEIG, Franz. **Hegel und der Staat**. München, Berlin: 1920.
- SIEP, Ludwig. Der Kampf um Anerkennung. Zu Hegels Auseinandersetzung mit Hobbes in den Jenaer Schriften. In: **Hegel-Studien**, Bd. 9, 1974, pp. 155-207.
- SMITH, A. **Untersuchung der Natur und Ursachen von Nationalreichthümern**. Tradução de J. F. Schiller com colaboração de Ch. August Wichmann, Leipzig: 1776 e 1778.
- STRAHM, Hans. Aus Hegels Berner Zeit. Nach bisher unbekanntem Dokumenten. In: **Archiv für Geschichte der Philosophie**, vol. 41, 1932, pp. 514-533.

Verzeichniss der von dem Professor Herrn Dr. Hegel und dem Herrn Dr. Seebeck hinterlassenen Bücher-Sammlung. Berlin: 1932.

VON ENSE, Karl. **Blätter aus der preussischen Geschichte.** vol. 4, Leipzig: 1869.

VON STEIGER, Kurt. **Schultheiss Niklaus Friedrich von Steiger.** Bern: Francke Verlag, 1976.

WASZEK, Norbert. 1789, 1830 und kein Ende. Hegel und die Französische Revolution. In: Herrmann, U.; Oelkers, J. (Eds.) **Französische Revolution und Pädagogik der Moderne.** Weinheim, Basel: 1990, pp. 347–359.

WASZEK, Norbert. Adam Smith and Hegel on the Pin Factory. In: **The Owl of Minerva. Journal of the Hegel Society of America**, vol. 16, 1985, pp. 229-233.

WASZEK, Norbert. Adam Smith in Germany, 1776-1832. In: Mizuta, H.; Sugiyama, Ch. (Orgs.), **Adam Smith – International Perspectives.** London: Palgrave Macmillan, 1992, pp. 163-180.

WASZEK, Norbert. Die Hegelsche Schule. In: Münkler, H.; Fetscher, I. (Eds.) **Pipers Handbuch der Politischen Ideen.** 5 vols., vol. 4. München; Zürich: Piper, 1986, p. 232-46, p. 252–4.

WASZEK, Norbert. Fox und Pitt. Spannungsfeld britischer Politik im Spiegel des Hegelschen Denkens. In: Lucas, H.-C.; Pöggeler, O. (Orgs.) **Hegels Rechtsphilosophie im Zusammenhang der europäischen Verfassungsgeschichte.** Stuttgart: Frommann-Holzboog, 1986, pp. 111-128.

WASZEK, Norbert. Hegels Exzerpte aus der Edinburgh Review, 1817–1819. In: **Hegel-Studien**, Bd. 20, 1985, p. 79-112.

WASZEK, Norbert. WASZEK, N. *Hegels Exzerpte aus der 'Quarterly Review'*. In: **Hegel-Studien**, Bd. 21, 1986, pp. 9-25.

WASZEK, Norbert. Hegels schottische Bettler. In: **Hegel-Studien**, Bd. 19, 1984, pp. 311-316.

WASZEK, Norbert. Hume, Hegel and History. In: **Clio**, vol. 14, 1985, pp. 379-392.

WASZEK, Norbert. Der Junge Hegel und die 'querelle des anciens et des modernes': Ferguson, Garve, Hegel. In: Gawoll, H.-J.; Jamme, Chr. (Orgs.), **Idealismus mit Folgen. Festschrift ao 65º aniversário de Otto Pöggeler.** München: W. Fink Verlag, 1994, pp. 37-46.

WASZEK, Norbert. Scotland and the Union with England in Hegel's Political Writings. In:
Scottish Journal of Political Economy, vol. 40, 1993, pp. 453-477.

WASZEK, Norbert. **The Scottish enlightenment and Hegel's account of 'civil society'**.
Springer Science & Business Media: 2012.

WEISER, Friedrich. **Shaftesbury und das deutsche Geistesleben**. Leipzig, Berlin: Druck und
Verlag von B. G. Teubner 1916.

WOLFF, Emil. Hegel und Shakespeare. In: Martini, F. (Org.) **Vom Geist der Dichtung**.
Hamburg: Hoffmann und Campe Verlag, 1949, pp. 120-179.

RECEBIDO EM 25/06/2022

ACEITO EM 25/11/2022